Cadernos do LPPP
UFJ

Este artigo é publicado com uma licença Creative Commons 4.0. Com essa licença você pode compartilhar e/ou adaptar o material para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença e indique se foram feitas alterações.

ARTIGO

Interações: Psicologia tecendo redes e saberes (Edição IV/SUAS/SMDSC/CRAS - 2023/2024)

Amanda Cabral Silva:

Orcid: http://orcid.org/0009-0005-1101-3581

Lavínia Rodrigues Almeida:

Orcid: http://orcid.org/0009-0003-1487-1309

Lis Carneiro Caetano Duarte:

Orcid: http://orcid.org/0009-0004-7703-3414

Luiz Sergio Farias Campos Junior:

Orcid: http://orcid.org/0009-0001-8973-0506

Rita de Cássia Andrade Martins:

Orcid: http://orcid.org/ 0000-0002-6318-1027

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.16943003

Resumo

O InterAções é um projeto de extensão criado em 2016 e que está vinculado ao Observatório de Saúde Mental e Práticas Comunitárias da UFJ. O projeto tem como referência o diálogo entre os campos da Psicologia Comunitária e da Saúde Coletiva e tem por objetivo apoiar ações comunitárias que incentivem a promoção da saúde, com enfoque na saúde mental e em seus determinantes sociais. O InterAções utiliza a Metodologia Participativa, de viés feminista em sua práxis, por meio da conscientização e incentivo à autonomia. Neste relato são apresentados os trabalhos desenvolvidos pelo projeto entre os anos de 2023 e 2024, realizados em parceria com o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do setor Cidade Jardim II de Jataí, município do sudoeste goiano. Neste período, o projeto desenvolveu ações com o grupo de pessoas idosas e com dois grupos de adolescentes considerados em situação de risco e vulnerabilidade. Os três

grupos integram o Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS. Os resultados mostram autonomia dos grupos e vínculos de solidariedade fortalecidos. Alguns desafios permeiam o trabalho no que diz respeito a gestão e a execução da política de assistência social que, por vezes, estabelece relações assistencialistas com as comunidades.

Palavras-chave: Promoção da Saúde; Psicologia Comunitária; Formação Profissional.

Interactions: Psychology weaving networks and knowledge (Edition IV/SUAS/SMDSC/CRAS - 2023/2024)

Abstract:

InterAções is an extension project that was born in 2016, linked to the Observatory of Mental Health and Community Practices at UFJ. The project has as a reference the dialogue between the fields of Community Psychology and Collective Health and aims to support community actions that encourage health promotion, with a focus on mental health and its social determinants. InterAções uses the Participatory Methodology with a feminist approach in its praxis emphasizing awareness and the encouragement of autonomy. This report presents the activities carried out by the project between 2023 and 2024, in partnership with the Social Assistance Reference (CRAS) in the Cidade Jardim II neighborhood of Jataí, a municipality in the southwestern region of Goiás. During this period, the project worked with a group of older adults and two groups of adolescents identified as being at risk and in vulnerable situations. All three groups are part of the CRAS Socialization and Bond Strengthening Service. The results indicate increased group autonomy and strengthened solidarity bonds. Some challenges remain, particularly regarding the management and implementation of social assistance policies, which at times establish welfare-based relationships with the communities.

Keywords: Health Promotion; Community Psychology ; Vocational Training.

Introdução

O projeto InterAções: psicologia tecendo redes e saberes é uma ação de extensão que se desenvolve a cada edição em parceria com entidades comunitárias, movimentos sociais, coletivos da sociedade civil e também entidades governamentais responsáveis pela execução de políticas sociais. O projeto surge como iniciativa conjunta de estudantes, docentes e pessoas da comunidade local integrantes do Observatório de Saúde Mental e

Práticas Comunitárias da Universidade Federal de Jataí (@obsam.ufj)[1], programa de extensão vinculado ao Laboratório de Psicologia Comunitária e Promoção da Saúde (LabCOM). O InterAções tem como referência a interface entre a Psicologia Comunitária e a Saúde Coletiva, priorizando as redes em diálogo com Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A metodologia participativa de viés feminista oferece ferramentas críticas de trabalho ao projeto.

O interAções teve início em 2016 e está em sua quarta edição, em parceria desde 2023 com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania (SMDSC) por meio do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). O projeto é desenvolvido no CRAS do Setor Cidade Jardim II, bairro periférico de Jataí, município da região do sudoeste goiano. As atividades do projeto junto ao CRAS abrangem diferentes arranjos, mas todos envolvendo processos grupais e comunitários. A equipe do InterAções reúne estudantes de diferentes períodos do curso de psicologia da UFJ, que se divide entre o grupo de pessoas idosas, intitulado "Hora do Cafézim" e dois grupos de adolescentes, chamados de "Bora Prosear?".

Psicologia Comunitária, Promoção da Saúde e Interseccionalidade

A Psicologia Comunitária é um ramo da psicologia que tem suas primeiras experiências e discussões nas décadas de 1960/70 como crítica à psicologia social que se espelhava no modelo estadunidense voltado às classes mais abastadas (Freitas, 1998). No contexto latino-americano, a psicologia comunitária se destaca desde aquele período, pelo compromisso com as maiorias populares na defesa de uma psicologia política e democrática, onde o acesso aos cuidados em saúde mental não deveria ser privilégio daqueles que podiam pagar.

Segundo a psicóloga venezuelana Maritza Montero (2011), a psicologia comunitária latino-americana tem como base as noções de complexidade e justiça social. A complexidade para a autora está justamente na característica principal da psicologia comunitária, a prática com as comunidades. Diferente de outras práticas que aplicam

[1] Para saber mais sobre o programa acessar o perfil @obsam.ufj no instagram, no youtube e no spotify.

projetos elaborados por seus proponentes externos e aplicados nas comunidades, na psicologia comunitária a complexidade está em fazer com as comunidades por meio de uma metodologia participativa. A justiça social, por sua vez, diz respeito ao compromisso com as maiorias populares e com a transformação social. Montero coloca que essas duas noções, basilares da psicologia comunitária, estão associadas a outros dois aspectos: a episteme da relação e a episteme da outridade, ambas contribuições da filosofia da libertação. A episteme da relação defende que o outro (a comunidade) tem seus próprios conhecimentos, desejos, projetos, modos de fazer e que todos estes atributos podem contribuir com soluções para o enfrentamento das desigualdades. Montero aposta no diálogo e na parceria entre os saberes populares e o conhecimento acadêmico. A episteme da outridade ressalta o caráter ativo das comunidades, deslocando crenças e valores que depositam nas comunidades um papel de passividade e receptividade acrítica no contato com seus agentes externos. Neste sentido, as relações entre comunidades e agentes externos são tecidas a partir de poderes simétricos, isto é, ambos investem no processo de intervenção seus diferentes saberes; é um projeto conjunto, de autoria coletiva.

A conscientização, conforme ensinado pelo educador Paulo Freire, também é um conceito importante para a psicologia comunitária. Em confluência com o que foi posto anteriormente ao citar Montero, as relações se estabelecem de forma horizontalizada, coletivamente, a conscientização é um elemento determinante nessa caminhada conjunta. Na perspectiva Freireana, conscientização não se restringe à tomada de consciência (Freire, 1979). Ela politiza o processo e tudo aquilo que o atravessa como, por exemplo, sua dimensão econômica, social, etc., que passam à centralidade e ganham atenção especial na medida em que revelam as desigualdades e suas injustiças na subalternização das maiorias populares. A conscientização envolve problematização e desideologização e não se restringe as maiorias populares, mas a todos aqueles que participam, num movimento que se constitui a partir das relações e do diálogo. Conscientização não se restringe exclusivamente à desigualdade de renda e acesso ao capital, mas a todas as desigualdades seja étnico-racial, de gênero, de idade, entre outras, de forma interseccional, conforme nos ensinou o Feminismo Negro (hooks, 2017; Akotirene, 2019; Collins e Bilge, 2021).

No InterAções fazemos o diálogo entre a psicologia comunitária e a saúde coletiva, com especial interesse no campo da promoção da saúde e de seus determinantes sociais (DSS). Partimos dos princípios e referenciais da psicologia comunitária no desenvolvimento de ações de extensão voltadas à promoção da saúde, em especial da saúde mental. No que se refere à promoção da saúde, nossa equipe está atenta aos DSS, na medida em que influenciam diretamente "a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população" (Buss e Pellegrini Filho, 2007, p. 78).

Mendes, Fernandez e Sacardo (2016) definem promoção da saúde como uma práxis ético-política e atrelam à sua definição os DSS, pontuando a importância dos sentidos históricos, sociais, culturais e políticos nos processos de saúde e adoecimento das populações. O InterAções vai atuar justamente no fortalecimento das comunidades na construção de estratégias coletivas para o desenvolvimento de ações para promoção da saúde e a garantia de direitos.

Nossa equipe tem como referência a Política Nacional de Promoção da Saúde do Ministério da Saúde (PNPS)[2] do Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como valores e princípios, na produção de saúde e cuidado, o reconhecimento das subjetividades, a solidariedade, a humanização e a inclusão social, a equidade, o fortalecimento popular, a autonomia e a integralidade (Brasil, 2024). A partir desses princípios, a PNPS visa a melhoria das condições de vida das populações, por meio do enfrentamento dos riscos e vulnerabilidades derivados dos determinantes sociais, políticos, econômicos e culturais, para que, assim, haja a ampliação e a promoção efetiva de saúde coletiva. Neste sentido, a noção de saúde mental que nos referencia não se restringe a ideia de "bom funcionamento da psique" ou de funções cognitivas, mas diz respeito também às diferentes dimensões e aspectos da vida permeados por relações e processos psicossociais.

[2] A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) foi instituída pela Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006, e redefinida pela Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. A Portaria nº 2.446/2014 foi revogada pela Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_1reimpr.pdf. Acesso em: 10 junho 2025.

A Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS)[3] ratifica que os DSS abrangem fatores sociais, econômicos, culturais, ético-raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a incidência de problemas de saúde e seus fatores de risco para a população. O Relatório Final da CNDSS (CNDSS, 2008) adverte que os DSS são determinantes estruturais e condições de vida que definem as iniquidades em saúde. Segundo o relatório, os DSS incluem a distribuição de poder, renda, bens e serviços, assim como as condições de vida das pessoas, e seu acesso ao cuidado à saúde, escolas e educação; suas condições de trabalho e lazer; e o estado de sua moradia e ambiente (CNDSS, 2008). No projeto fazemos a leitura dos DSS a partir da perspectiva interseccional, que se configura uma contribuição importante do pensamento feminista negro anunciada no início desta seção do texto. O conceito de interseccionalidade foi desenvolvido pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, ao analisar a importância do diálogo entre os marcadores sociais de raça e gênero na produção de desigualdades. Segundo a autora, além de indissociáveis, as dimensões raciais e de gênero são estruturais e estruturantes e, por isso, devem ser analisadas sempre no mesmo plano e não em planos sobrepostos ou concorrentes. Raça e gênero são determinantes sociais que entrelaçados contribuem para produção de dinâmicas de subordinação em sistemas discriminatórios como o racismo, o patriarcado e a opressão de classe (Crenshaw, 2002).

Metodologia participativa e interactuação psicossocial

A metodologia participativa permite à psicologia comunitária confluir prática e produção de conhecimento, a chamada práxis, convergindo saberes populares e acadêmicos. Calegare (2021) recomenda o uso do termo interactuação psicossocial para nomear o trabalho da psicologia comunitária com as comunidades. Segundo o autor, o termo interactuação afirma a autoria coletiva e compartilhada dos processos e o termo psicossocial defende a unidade entre o psíquico e o social, integrando aspectos

[3] O CNDSS foi instituído pela PORTARIA Nº 1.358, DE 23 DE JUNHO DE 2006, *que aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde.* Disponível em: *http*://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1358_23_06_2006.html. Acesso em 10 junho 2025. Para saber mais sobre a CNDSS consultar a página http://dssbr.ensp.fiocruz.br/quem-somos/nossa-historia/. Acesso em? 10 junho 2025.

dissociados do que seria compreendido como da esfera da interioridade dos sujeitos e àqueles de sua exterioridade, os chamados aspetos sociais. Neste sentido, Calegare recomenda aos agentes externos que tenham consciência do que é uma intervenção, ou seja, uma ação junto à comunidade que se dá de cima para baixo, sem problematizações e participação, para que estejam atentos e não se percam na reprodução desse modo colonialista de trabalho. Calegare alerta que a prática precisa ser refletida continuamente e conjuntamente ao longo do processo coletivo, no intercâmbio entre agentes internos e externos à comunidade.

Seguindo as recomendações de Calegare, os projetos de interactuação psicossocial do InterAções reúnem três momentos: o trabalho prévio, a interação com a comunidade e a despedida. O trabalho prévio envolve uma conexão inicial, que pode ser por iniciativa dos agentes externos ou internos. Esse primeiro momento vai influenciar como daremos início ao nosso trabalho: buscamos conhecimentos prévios sobre a comunidade, sua história, redes e seus parceiros; e, em seguida, iniciamos os preparativos preliminares com a comunidade. O segundo momento tem como ponto de partida a sintonização ou familiarização com a comunidade: levantamos e ajustamos temas e demandas para ações conjuntas; partimos a ação e invenção, a chamada interactuação. Em todos esses momentos cabem pausas para avaliação conjunta, que são constantes e ocorrem em todo processo. Por fim, nós, agentes externos, vamos nos desligando aos poucos. Como no processo de interactuação psicossocial investimos na autonomia dos agentes, não há o sentimento de falta na despedida, mas sim uma sensação de até logo, pois o contato pode ser restabelecido a qualquer momento nas relações de parceria e cooperação.

Cada edição do InterAções dura em média dois períodos letivos. Cada edição ou ciclo envolve planejamento interno, que vai desde a seleção da equipe, nivelamento teórico-metodológico e socialização. Em seguida, iniciamos os primeiros contatos com a entidade parceira/comunidade que acolherá o ciclo. Cabe pontuar que nosso trabalho não se configura em uma sequência linear. Nos aproximamos mais de uma prática circular[4],

[4] Na edição que realizamos em parceria com a Associação Conviver, composta por usuários de saúde mental de Jataí, entre 2016 e 2017, o processo de planejamento e organização do ciclo com os associados foi considerado por nós mais importante que a entrega do produto final do trabalho que fizemos juntos. Apesar do ciclo ter sido finalizado em 2017, a Associação segue parceira do projeto colaborando na realização de outros ciclos. O relato da edição de 2016/2017 pode ser lido na íntegra em Martins, 2019.

que reúne momentos definidos pelo coletivo que podem conjugar início, meio e começo ao invés de início, meio e fim, conforme observava o mestre quilombola Nego Bispo (2023). É de costume que o pontapé seja dado pela observação participava e/ou grupos de discussão, antes de iniciarmos o trabalho conjunto, a partir das demandas locais e do que é definido como ação coletiva. O processo de execução do trabalho envolve avaliação contínua com agentes internos e externos. Na prática percebemos a necessidade de momentos somente com a comunidade e outros com as entidades parceiras, no caso deste ciclo, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O encerramento do ciclo se dá por diferentes razões, como, por exemplo: finalização da ação, conquista de um objetivo comum, desmobilização da equipe ou da comunidade (ou de ambos), mudança de gestão (comum no caso de entidades do poder público), entre outros motivos. Geralmente os ciclos se encerram com a avaliação final do trabalho e a realização de uma confraternização, com a entrega do produto final pelo coletivo e/ou comemoração do processo experienciado (pelos agentes internos e externos), tudo depende das especificidades de cada ciclo. A equipe elabora um relatório final para registro do processo e sua avaliação, bem como recomendações para os próximos ciclos. Este relatório é uma sistematização que integra informações do diário de campo coletivo da equipe e a descrição da metodologia e atividades realizadas. A equipe de extensionistas apresenta trabalhos sobre o projeto em eventos científicos e comunitários com vistas a troca entre os pares e a reflexão sobre o processo.

Na edição em curso, os integrantes do grupo com pessoas idosas foram selecionados pelo CRAS pela vinculação com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)[5]. Nossa equipe foi convidada a desenvolver um projeto junto ao CRAS durante um evento público. Como não havia uma demanda elaborada da gestora, passamos a participar das reuniões da equipe do serviço e a realizar observações durante

[5] O SCFV integra o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e é referenciado no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e está articulado ao Serviço de Proteção e Atendimento à Família (PAIF). O SCFV atua na prevenção e proteção dos usuários de situações de risco e vulnerabilidade por meio de incentivo à criação de redes e relações comunitárias. Para mais informações sobre o SCFV: http://blog.mds.gov.br/redesuas/wpcontent/uploads/2022/05/Servico_Convivencia_Fortalecimento_Vinculos_SCFV.pdf. Acesso em: 10 de junho 2025.

os plantões. Desta forma mantínhamos contato tanto com a equipe do CRAS quanto com as pessoas usuárias do serviço.

Após realizarmos algumas ações dispersas (acolhimentos das famílias, apoio na inserção de informações no sistema da política, participação em entrevistas e atendimentos, etc), que nomeamos de observação participante, definimos conjuntamente nossa participação no grupo de pessoas idosas que à época acabara de iniciar. A princípio nossa equipe participava das reuniões do SCFV que, em sua maioria, tinham como pauta temas relativos à garantia de direitos. No semestre seguinte ao início do nosso trabalho, foi criado um dia alternativo para os encontros do grupo com nossa equipe, desvinculado da agenda do SCFV, sem obrigatoriedade de comparecimento ou inscrição prévia. Essa decisão se deu nos encontros com o grupo de forma espontânea.

Os participantes, em sua maioria mulheres idosas, passaram a frequentar os dois dias e a convidar outras pessoas. Uma média de quinze pessoas compareciam semanalmente nos dois dias, além de três extensionistas e uma (1) técnica do serviço. As extensionistas utilizavam dinâmicas para dar início aos encontros, o encontro com nossa equipe foi batizado de “Hora do Cafezim”. Os temas que mais aparecem no grupo são sexualidade, luto, família, lembranças da infância, atividades cotidianas/rotina, uso de medicamentos.

Mesmo com as dinâmicas, o desenrolar dos encontros é conduzido pelo grupo, inclusive algumas dessas dinâmicas são trazidas por integrantes do coletivo. Mesmo nos encontros mediados por nossa equipe, o CRAS realizava controle de frequência, com a justificativa de que com essa informação seria possível prever gastos e prestar contas à SDSC. Além disso, ao final dos encontros o CRAS distribuía frutas, verduras ou bolos. Além dos encontros para estudos, a equipe de extensionistas participa de supervisão local com a equipe multidisciplinar, em especial a coordenadora do serviço; e supervisão externa, com a coordenadora do InterAções.

Os grupos do “Bora Prosear?” ocorreram às segundas nos turnos da manhã e da tarde, pela manhã participavam os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, vinculados ao PAIF (Programa de Proteção e Atendimento Integral à

Família)[6]. À tarde o grupo reunia adolescentes vinculados ao Programa Jovem Aprendiz[7]. Aqui também a equipe de extensionistas recorreu ao uso de dinâmicas como estratégia (Portella e Gouveia, 1998), exceto quando não havia adesão dos adolescentes. Nestes casos, as extensionistas eram orientadas a declinar da proposta e incentivar alternativas com sugestões dos participantes. Nestes grupos percebemos a falta de perspectivas futuras, a violência como tema pungente, bem como a sexualidade. Como estavam em idade de entrar para o ensino médio, fizemos uma excursão com os jovens para a UFJ para participar da Feira das Profissões, evento em que os cursos se apresentam e as escolas da cidade levam seus estudantes para conhecer a universidade. A atividade foi muito bem recebida e trouxe como desdobramento o interesse de alguns adolescentes de participar do processo seletivo para o Instituto Federal. As extensionistas apoiaram o processo, tanto na escuta quanto na organização da documentação e inscrição para a seleção. Os dois grupos são supervisionados por uma psicóloga do PAIF.

O "Hora do Cafezim" e o "Bora Prosear?" seguem o objetivo geral do InterAções, com atenção às particularidades de cada grupo, com encontros semanais de até 1 hora duração. Há ainda um diário coletivo onde a equipe descrevia o que havia realizado e expunha suas impressões.

Conforme relatos dos participantes e da equipe do CRAS, as pessoas que integram o grupo de pessoas idosas têm desenvolvido redes de afeto e solidariedade que vem afetando de forma positiva seu cotidiano. Após quase dois anos de trabalho com esse grupo, os quinze participantes passaram para uma média de quarenta pessoas por

[6] O PAIF é uma ação vinculada ao SUAS e se insere como ação da Proteção Social Básica, que tem por objetivo de proteção e prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais. O PAIF tem como foco o trabalho continuado com as famílias com objetivo de prevenção da fragilização de vínculos e promoção do acesso e garantia de direitos para melhoria da qualidade de vida. Para saber mais sobre o PAIF: https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/Orientacoes%20Tecnicas%20sobre%20o%20PAIF%20-%20Tipificacao.pdf. Acesso em: 10 de junho 2025.

[7] O Programa Jovem Aprendiz é uma ação do governo federal regida pela Lei de Aprendizagem Profissional (10.097/2000) que torna obrigatória a contratação de aprendizes por empresas de médio e grande porte. A regulamentação da lei se deu em 2005 com o Programa Jovem Aprendiz. Os jovens beneficiados pela lei têm direito à carteira de trabalho assinada, carga horária de trabalho compatível com os estudos, FGTS, salário mínimo e férias conforme o calendário escolar. Para participar do programa o candidato deve ter entre 14 e 24 anos, estar frequentando a escola ou formação técnico-profissional credenciada. Para saber mais sobre o programa, acessar: https://www.gov.br/. Acesso em: 10 de junho 2025.

encontro. Mesmo com a suspensão da prática por 1 semestre letivo, por conta de licença saúde da coordenadora do InterAções, o grupo se reuniu de forma autônoma e voluntária. Durante os recessos no meio e no final do ano o grupo se mantém coeso e se encontrando, o que reforça sua autonomia crescente. A regularidade e o aumento do número de participantes também podem ser considerados indicadores de sucesso. A equipe do projeto compreende que o objetivo de incentivar a autonomia do coletivo tem sido alcançado nos três grupos. Há ainda uma demanda de escuta ativa dos profissionais CRAS, para acolhimento e promoção de saúde mental da equipe.

O projeto tem contribuído com a formação acadêmica e pessoal das extensionistas, e a produção científica está em curso. Como produtos de cada edição é possível listar: formação profissional da equipe em ambiente multidisciplinar, experiência na área de políticas públicas, grupos de estudo e suporte à produção de material acadêmico de cunho científico, material técnico, obras literárias e/ ou artes plásticas, mobilização comunitária para promoção de saúde e garantia de direitos e apoio a projetos comunitários.

Considerações Finais

O SUAS tem como principal objetivo promover a proteção social e o enfrentamento das desigualdades sociais. O sistema oferece uma estrutura normativa essencial para a assistência social no Brasil, com vista a garantia de direitos e proteção daqueles e daquelas que estão em situação de maior vulnerabilidade. A lei orgânica da assistência social foi instituída pela constituição de 1988 e a lei que define a organização da assistência social em 1993, pela lei nº8742. Estes marcos jurídicos evidenciam que o SUAS é um sistema relativamente novo e em processo de implementação. Com apenas 32 anos, em contrapartida há mais de um século de desamparo social, o SUAS vem sendo implementado num contexto em que a concepção assistencialista/populista predomina, resquício do colonialismo e dos governos autoritários que submeteram o país. Percebemos na prática o esforço de profissionais técnicos, que defendem a cidadania das maiorias populares, ancorando a assistência a população nos princípios do SUAS, na contramão de gestões conduzidas pelo nepotismo parental e religioso, marcado por ações

paternalistas e subalternizantes. Na tentativa de superar esse tipo de realidade, a política de assistência social é munida com controle e protocolos rígidos que, a princípio, parecem burocracias engessadas fadadas a limitar a atenção individualizada e a interação com outras abordagens junto aos usuários do SUAS (CFP, 2007). No cotidiano esse controle e rigidez mostram-se ineficazes para o enfrentamento ao assistencialismo marcado por ideologias avessas ao conhecimento científico e à produção técnica. O que vemos na prática é que o controle excessivo recai diretamente sobre os usuários, tornando-se desafio no manejo das desigualdades determinadas socialmente e economicamente, atravessadas pelas singularidades de cada vida.

É neste contexto que a equipe do InterAções trabalha, incentivando a autogestão, a autonomia, a promoção da saúde e a garantia de direitos. Nem sempre nosso objetivo e nossa metodologia de trabalho são compreendidos pelos profissionais que atuam no SUAS. No CRAS, onde está o grupo de pessoas idosas, a prática tem sido muito exitosa e já completa dois anos. Percebemos que há sintonia entre a gestão do serviço, a equipe local e a equipe de extensão no que diz respeito as diretrizes do SUAS e uma visão técnica e, ao mesmo tempo, acolhedora. Em 2025 o projeto toma novos rumos em parceria com os cursos educação e agronomia e estudantes da biologia. Nosso coletivo passou a se dedicar ao trabalho com as PANC (Plantas Alimentícias Não-Convencionais), incentivados pelo interesse dos idosos pelas plantas e hortas. Está em curso a criação de um jardim comestível no quintal do CRAS, bem como oficinas de culinária regados a muita escuta, afetos e conversas. Mesmo com a mudança de prefeito, a equipe do CRAS permaneceu a mesma.

Já no SCFV, até 2024 o trabalho seguiu firme, com retorno positivo dos adolescentes e da equipe local. Inclusive chegamos a ensaiar a interação entre os grupos de idosos e adolescentes, o que se mostrou uma experiência com bastante potencial para todos. No segundo semestre daquele ano ampliamos nosso público-alvo, passamos ao acolhimento das crianças e pré-adolescentes, com ótimas expectativas em relação ao trabalho. Contudo, em 2025, após as eleições, assumiram os novos prefeitos e suas

respectivas equipes. Com menos de 6 meses da nova prefeitura do município[8], o SCFV mudou de gestão 2 vezes, a técnica responsável no ano anterior foi substituída por pessoas sem formação adequada à função ou experiência na área. Em de março de 2025 apresentamos nosso trabalho ao novo gestor do serviço e a continuidade do projeto no SCFV foi prontamente aceita, mas as expectativas sobre o trabalho da psicologia foram frustradas. Poucas semanas depois percebemos que havia uma demanda de "tratamento" das crianças e adolescentes, que apresentavam comportamentos considerados pela nova equipe local como desviantes. Chamou atenção da equipe do InterAções a visão moralista e preconceituosa em relação aos usuários do serviço, por conta de suas histórias de vida e os estigmas associados a elas. Infelizmente, nosso trabalho tornou-se inviável junto ao SCFV, sendo interrompido em junho de 2025.

O projeto tem se mostrado um campo prolífico para formação profissional no campo das políticas sociais. O compromisso ético com as comunidades tem sido evidente tanto nas falas das extensionistas como também nas relações estabelecidas por elas com os grupos. As supervisões intercaladas com estudos teóricos e encontros de socialização, acolhimento e cuidado mútuo de quem integra a equipe do projeto, destaca a importância de uma formação afetuosa e politizada.

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, CARLA. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política nacional de promoção da saúde**: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_

[8] O lema da gestão que assumiu a prefeitura em 2024 é "Desenvolvimento e coração" e àquele atribuído à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania é "Cuidando de quem mais precisa".

1reimpr.pdf. Acesso em: 10 de junho 2025.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. **PHYSIS: Rev. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006.

CALEGARE, Marcelo. Processos e interactuação psicossocial. In: CALEGARE, Marcelo; MEZZALIRA, Adinete. (Orgs.). **Processos psicossociais vol. 2: prática e reflexões sobre educação, saúde, ruralidades e política.** São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) nos CRAS/SUAS.** Brasília: CFP, 2007. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Referências-Técnicas-para-Atuação-das-Psicólogas-no-CRAS-SUAS.pdf. Acesso em: 10 junho 2025.

CNDSS. **As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil. Relatório final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS)**. 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/causas_sociais_iniquidades.pdf. Acesso em: 09 junho 2025.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Ano 10, nº1, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104026X2002000100011&lng=es&nrm=iso&tlng=pt, acesso em 17 de jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao

pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 175-189, 1998. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000100011

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: Editora WWF Martins Fontes, 2017.

MARTINS, Rita de Cássia Andrade Martins. InterAções entre psicologia social comunitária, saúde mental e atenção psicossocial. In: MARTINS, Rita de Cássia Andrade; BORZUK, Cristiane Souza (Orgs). **Psicologia e processos psicossociais: teoria, pesquisa e extensão.** Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019. Disponível em: https://9f9e515d-5a4a-4271-b435-e6ec9eca3f12.filesusr.com/ugd/a8a99c_cb6b88d0f8fc42f88ca165d66cd46160.pdf Acesso em: 17 junho 2025.

MENDES, Rosilda.; FERNANDEZ, Juan Carlos Aneiros; SACARDO, Daniele Ponpei. Promoção da saúde e participação: abordagens e indagações. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 108, p. 190-203, jan./mar. 2016. DOI: http://doi.org/10.1590/0103-1104-20161080016

MONTERO, Maritza. Nuevas Perspectivas en Psicología Comunitaria y Psicología Social Crítica. **Cienc. Psicol.**, Montevideo, v.5, n.1, p. 61-68, mayo 2011. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S16884221201100100006&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 junho 2025.

PORTELLA, Ana Paula.; GOUVEIA, Tatiana. **Ideias e dinâmicas para trabalhar com gênero.** Recife, PE: CORPO, S. O. S, 1998. Disponível em: https://www.ufrgs.br/nph/obra.php?id=4492. Acesso em: 10 junho 2025.

Amanda Cabral Silva é graduanda do 5º período do curso de Psicologia na Universidade Federal de Jataí (UFJ). Atuou como PROVEC no projeto de extensão "InterAções: Psicologia Tecendo Redes e Saberes", vinculado ao Laboratório de Psicologia Comunitária e Promoção da Saúde (LabCOM) e ao Observatório de Saúde Mental e Práticas Comunitárias da UFJ (@obsam.ufj). Contribuiu também com as seguintes ações de extensão da UFJ: "Intervenções Grupais em Instituições na Promoção da Saúde Mental" e "Vem pra UFJ", realizado pela Pró-reitoria de Graduação. Atualmente, integra o projeto "IntegraPsi", dedicado à divulgação científica digital no campo da Psicologia. É também bolsista do programa federal PET-Saúde Equidade (2024–2026), por meio do qual desenvolveu atividades práticas e formativas em instituições como o CREAS-Florescer, CAPS AD III e a UBS Vila Olavo.
E-mail:
amanda.cabral@discente.ufj.edu.br

Lavínia Rodrigues Almeida é graduanda do 7° período do curso de Psicologia na Universidade Federal de Jataí (UFJ) desde 2022. Participou do projeto de extensão "reExistências: Autocuidado para Promoção da Saúde", e participa Como bolsista PROBEC do projeto de extensão "InterAções: Psicologia Tecendo Redes e Saberes", ambos vinculados ao Laboratório de Psicologia Comunitária e Promoção de Saúde/LabCOM (GP/CNPq) e ao programa de extensão Observatório de Saúde Mental e Práticas Comunitárias da UFJ (@obsam.ufj). Além disso, participou do projeto de extensão "Vem pra UFJ" realizado pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) UFJ e integra o

projeto de extensão “Serviço de atendimento psicológico no SPA para pacientes de baixa renda sob a perspectiva da Gestalt-Terapia”, no qual iniciou como ouvinte e hoje atua como terapeuta extensionista. Áreas de interesse: psicologia comunitária, promoção da saúde e relações de gênero.
E-mail: lavinia.almeida@discente.ufj.edu.br

Lis Carneiro Caetano Duarte é graduanda do 5º período do curso de Psicologia na Universidade Federal de Jataí (UFJ) desde 2023. Participou do Projeto de Extensão "InterAções: psicologia tecendo redes e saberes", vinculado ao Observatório de Saúde Mental e Práticas Comunitárias da UFJ (obsamufj). Contribuiu também com o projeto "Intervenções grupais em instituições na promoção de saúde mental". Participa do projeto “Intervenções clínicas institucionais com pessoas em situação de vulnerabilidade”. É bolsista PIBIC de iniciação científica, financiada pelo CNPq, com o tema "Investigando as possibilidades de interrelações entre as experiências de exclusão e rupturas dos vínculos com o uso problemático de álcool e outras drogas", junto à pesquisa “Aspectos psicossociais da desigualdade social e a dimensão subjetiva da subcidadania: possibilidades de análises do Psicodrama” coordenada pelo Prof. Dr. Érico Douglas Vieira.
E-mail: lis.duarte@discente.ufj.edu.br

Luiz Sergio Farias Campos Junior é graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Jataí (UFJ). Estagiário na Atenção Primária à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS), com base nos princípios da Psicologia

Comunitária. Membro do Observatório de Saúde Mental da Universidade Federal de Jataí (OBSAM-UFJ) e do Laboratório de Psicologia Comunitária e Promoção de Saúde/LabCOM (GP/CNPq). É bolsista PROBEC no projeto de extensão "Cirandas de Leitura Coletiva: autocuidado e letramento racial", além de pesquisador de iniciação científica na pesquisa "Descolonizando a psicologia brasileira: levantamento biográfico e bibliográfico sobre intelectuais negras/os/es e indígenas na construção de saberes psicológicos" orientado pela Profa. Dra. Rita de Cássia Andrade Martins. Participou dos projetos de extensão: "InterAções: psicologia tecendo redes e saberes", "Serviço de atendimento psicológico no SPA para pacientes de baixa renda sob a perspectiva da Gestalt-Terapia", "Diálogos sobre suicídio: atividades de prevenção ao suicídio em escolas públicas na cidade de Jataí-GO", "Enegrecendo Saberes Psicológicos: disseminação e popularização de conhecimento científico para letramento racial" e "Humaniza Consultoria Júnior". Áreas de interesse: Interseccionalidade, colonialidade, Psicologia Comunitária, e promoção da saúde.
E-mail: luiz.junior@discente.ufj.edu.br

Rita de Cássia Andrade Martins é graduada em psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestra e doutora em sociologia pela Universidade de Brasília. Professora adjunta do curso de psicologia da Universidade Federal de Jataí, onde integra a coordenação do Laboratório de Psicologia Comunitária e Promoção da Saúde/LabCOM (GP/CNPq) e do programa de extensão Observatório de Saúde Mental e Práticas Comunitárias (@obsam.ufj). É membra do Comitê de

Ética em Pesquisa da UFJ e do Comitê interno da UFJ da Rede Brasileira de Universidades Promotoras da Saúde. É associada da ABRAPSO e da ABRASCO e integrante do GT de Psicologia Comunitária da ANPEPP. Áreas de interesse e atuação: psicologia comunitária, saúde coletiva, promoção da saúde, clínica ampliada, saúde mental, relações étnico-raciais/antirracismo, epistemologias e cosmologias negras e indígenas, políticas públicas e metodologias participativas.
E-mail: rita_martins@ufj.edu.br

Aceito em 27/11/2024
Publicado em 25/08/2025